

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

DISTINÇÃO E SEMELHANÇA

Estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na
América Portuguesa

KLEBER CLEMENTINO DA SILVA*

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Bolsista CAPES.

Introdução

A guerra está entre os assuntos que mais têm animado os homens a pegar da pena e produzir relatos. Temos indício desta alegação nos escritos de Heródoto e Tucídides, em cronistas antigos e medievais, e na América Portuguesa, onde encontramos exemplos e razões a corroborá-lo.

Tem-se de ordinário apontado que, em meio à escassez documental com que se deparam os investigadores dos nossos primeiros séculos, distinguem-se como exceção as capitânicas açucareiras do século XVII, particularmente nas décadas entre 1620 e 1670. A região e o período foram surpreendentemente bem documentados, em manuscritos, em impressos, em língua portuguesa, espanhola, holandesa. Mas por quê? Por causa da guerra. As batalhas ali travadas impulsionaram em algumas das testemunhas o ânimo necessário a registrar – mais comumente, a fazer registrar – as experiências que travaram, em nome da persistência da memória. Persistência, porém, de maneira nenhuma desinteressada. Muito pelo contrário, tem-se, aqui, mesclados o desejo de preservação da memória e o interesse do uso político da memória, no tempo presente.

Desenvolvo um estudo destas crônicas das “guerras do açúcar” travadas da Bahia ao Rio Grande do Norte, intermitentemente, entre 1624 e 1654, entre hispano-luso-brasileiros e neerlandeses. Parto deste problema de pesquisa: o discurso político emergente nestes textos terá sofrido transformações entre as décadas que separam os primeiros dos últimos textos? Ora, considerando-se as mudanças no cenário político do Atlântico e da Península Ibérica, e desde que provisoriamente substituamos a concepção de história colonial, circunscrita ao território da América Portuguesa, pela inserção daquela colônia na história moderna do Ocidente, há boas possibilidades de que esta variação se localize. Transcorrendo as décadas, mudam os personagens, mudam os contextos, novas urgências entram na pauta e é no entrechoque delas que os relatos afloram, em busca de fama, de glória, de recompensas.

São mesmo vários, os relatos. Deixando de lado aqueles redigidos por não-ibéricos, há textos tanto de autoridades quanto de civis comuns, de militares, de clérigos, escritos em vista de propósitos os mais discordantes. Para este artigo, dadas as suas limitações, proponho-me a examinar comparativamente, em duas dessas crônicas, a narrativa dos primeiros anos da invasão neerlandesa à capitania de Pernambuco. As duas crônicas serão *O valeroso Lucideno*, de frei Manoel Calado, publicada em 1648 (CALADO: 2004), e a *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, provavelmente escrita na década de 1660, mas apenas publicada parcialmente no século XIX e integralmente em 1984 (SANTIAGO: 2004).

O que se tem dito das crônicas

Compostas ainda no tumulto daqueles anos ou logo depois deles, por testemunhas oculares de parte dos eventos, estas crônicas têm sido relidas e diferentemente apreciadas no correr dos últimos 350 anos. A narrativa de Diogo Lopes Santiago, sobre cuja identidade se enraízam até agora poucas certezas², terá servido de base para a composição do *Castrioto Lusitano*, do frei português Rafael de Jesus, obra publicada em 1679 e bastante lida pela posteridade. O trabalho de Santiago, aliás, teria sido encomendada por João Fernandes Vieira com esta finalidade (MELLO *in* SANTIAGO: 2004). Copiado e publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX, foi alvo de cuidadoso exame por parte do prof. José Antônio Gonsalves de Mello, o qual, consultando o manuscrito existente na Biblioteca Municipal do Porto, em Portugal, com base nas indicações de Barbosa Machado e de Rafael de Jesus, estabeleceu o autor e o título, indicando inclusive diversos empréstimos tomados de *O valeroso Lucideno*, sem negar, contudo, o valor da obra para o estudo do período (MELLO: 1986). É obra ainda pouco compulsada, embora se trate de testemunho ocular: nos anos 1950, José Honório Rodrigues, em livro dedicado a apresentar o acervo de textos sobre nossa historiografia colonial, apenas transcreve o levantamento de Gonsalves de Mello, nada lhe acrescentando (RODRIGUES: 1979). Aparece, porém, na bibliografia de textos mais recentes sobre aquelas décadas (MELLO: 2010).

O texto do frei Manuel Calado do Salvador, dirigido a El Rei D. João IV para que interferisse a favor dos combatentes luso-brasileiros, ao contrário, conta com bem mais vasta fortuna crítica, dadas as duas impressões que teve ainda no século XVII (1648 e 1668). Lido pelos cronistas e genealogistas pernambucanos do século XVIII (Loreto Couto, Borges da Fonseca, frei Jaboatão), bem como por autores novecentistas como Robert Southey, Fernandes Gama e Adolfo de Varnhagen, foi durante esses séculos quase sempre preterido face ao maior renome do *Castrioto Lusitano*, sendo Rafael de Jesus grande nome das letras portuguesas seiscentistas (MELLO *in* CALADO: 1954). Sua reabilitação toma impulso no século XX, quando Capistrano de Abreu publica o famoso estudo “Memórias de um Frade” (ABREU: 1931), no qual resenha o livro e, rompendo com as críticas acerbas de Varnhagen (a cujos olhos conservadores Calado era historiador menor e indigno), aponta a importância da obra para o estudo do período da ocupação holandesa. Acompanharam-no nesta

² Segundo registrou o bibliógrafo português Diogo Barbosa Machado (1682-1772), Santiago seria natural do Porto e professor de gramática em Pernambuco. A notícia, entretanto, não é acompanhada de provas nem de justificativas, o que infundiu em outros a suspeita que fosse militar nascido na capitania de Pernambuco, hipótese rechaçada por Gonsalves de Mello (MELLO: 1954, p. 18).

reconsideração, entre outros, José Honório Rodrigues (RODRIGUES: 1979) e Gonsalves de Mello (MELLO: 1954), aplaudindo ambos seu valor documental para o estudo das lutas e da vida social de então, e mesmo suas qualidades literárias de vivacidade e colorido da narrativa.

Informação, intencionalidade

José Antônio Gonsalves de Mello é indiscutível pioneiro no estudo comparativo das crônicas seiscentistas sobre as guerras do açúcar nas capitânicas do Norte. Oferece-nos o resultado de exaustiva análise comparativa entre os textos de Calado, Santiago e Rafael de Jesus, demonstrando, por exemplo, página a página, as fontes secundárias de que se valeu este último, “sendo do autor apenas a redação e os conceitos literários” (MELLO: 1954, p. 22). Acareando a *História da guerra de Pernambuco* e *O valeroso Lucideno*, sustenta que o primeiro “copiou largamente” o segundo, “às vezes cópia servil, palavra por palavra”. Capítulos e mais capítulos transcritos, o XV, o XVI, o XIX e mais outros, concluindo que, “em percentagem, cerca de 40 ou 45% do total de páginas” não saíram da pena de Santiago. Mello, portanto, interessa-se sobretudo pelo caráter informativo das crônicas, por aquilo que narram da guerra e da vida social – e, consoante esta abordagem, se o que informam é semelhante, os escritos secundários decrescem em validade, cabendo ao historiador concentrar-se nas fontes originais de notícias.

No entanto, se o interesse do historiador se volta para as intencionalidades do texto, para os discursos que dele emergem, este parecer reclamará revisão. Naturalmente, aquilo que Mello denomina “cópias servis” permanecerá de pouca validade. Trechos reescritos, porém, ou semelhanças temáticas entre as obras, empréstimos, retificações, todos poderão ocultar distinções porventura reveladoras, às vezes identificáveis na tarefa da reescritura, às vezes no recorte de trechos específicos. Assim, as porcentagens assustadoras de Mello não deverão obstar o estudo comparativo das crônicas, num primeiro esforço de mapeamento daquilo em que se aproximam e se separam.

Calado e Santiago

São distintas as formas pelas quais Calado e Santiago manifestam os motivos que os animaram a pegar da pena e compor. Sabemos que Calado iniciou e ao que tudo indica concluiu sua redação no período 1645-1646, enquanto residia em Pernambuco, em meio às refregas decorrentes da insurreição comandada por João Fernandes Vieira (MELLO: 1954, p.

10; CALADO: 2004, p. 55). Há urgência em seu texto, escrito ao som dos disparos; há mister que termine rapidamente o trabalho, de modo a zarpar para Portugal, publicá-lo e fazer com que todos conheçam o que ali sucede, por testemunho fidedigno. Não admira, então, que já em seu “prólogo ao leitor” expresse o desejo de trazer alento aos que porfiavam contra os invasores, na esperança de que El Rei olhasse por eles e, também, pela compensação que sentiriam ao saber que suas façanhas eram deitadas em papel (CALADO: 2004, p. 11). Isto constitui informação de valor para a apreciação da obra, pois a abordagem geral do texto, o formato mesmo do livro comunica este anseio de aclamar o valor e a grandiosidade do que ali sucedia, coisa que, depreendemos, até então não era bem sabida de todos.

A própria época é de insegurança: uma dinastia nova e incerta equilibrava a coroa, conspiradores e assassinos confabulavam em Lisboa e a Espanha guerreava nas fronteiras para retomar o cetro perdido. Negociações diplomáticas em Haia, conduzidas por D. Francisco de Souza Coutinho, estacionavam; os batavos não pretendiam ceder o Brasil. Na corte, pilhas de pareceres examinavam os “assuntos holandeses”, uns defendendo apoio aberto aos insurretos pernambucanos, mas outros, saídos de penas de peso – entre os quais o mais célebre será o “Papel Forte”, do jesuíta Antônio Vieira – advogavam a renúncia àquelas capitânicas, cuja defesa era julgada inviável, em troca da paz e do trono (VAINFAS: 2009).

Santiago, concluindo sua redação cerca de 20 anos mais tarde, compõe em outro momento. A guerra terminara há muito, a paz com os Países Baixos estava firmada e com a Espanha às vésperas de firmar-se, rancores ainda os havia, mas em meio a eles, vagarosamente, a capitania reconstruía-se; muitos se haviam ido depois da rendição final, a morar no reino, a lutar nas fronteiras contra Castela; os heróis da resistência e da insurreição envelheciam e morriam (MELLO: 2007). O próprio *Valeroso Lucideno*, uma vez publicado, fora incluído no *Index Librorum Prohibitorum*, em 1655, e só seria reimpresso em 1668 (MELLO in CALADO: 2004, p. XXXII). Muitos, sem dúvida, ostentavam as mercês e galardões recebidos por si ou por seus pais (KRAUSE: 2010) e as histórias de perigos e bravuras deviam circular em todas as bocas, fazendo com que as sobranceiras dos mais jovens se levantassem espantadas. Mas *scripta manent, verba volant...* mingando os registros, não havendo quem cantasse ou divulgasse as bravuras e conquistas, o eco daqueles feitos andava ameaçado. Corria-se o sério risco de que tão fabulosa história se apagasse, ou pelo menos de que a lembrança de sua grandeza se perdesse. É outro, pois, o sentido de urgência que transpira da *História da guerra de Pernambuco*: sua batalha, como nos deixa entender em seu “exórdio”, é contra a memória “frágil e de pouca duração” dos homens,

necessitada de suportes para que perdure e atravesse o “decurso largo dos tempos” (SANTIAGO: 2004, p. 9).

Disse que compreender estes elementos é essencial para a boa apreciação das obras, e é. Leia-se uma e outra, e uma primeira distinção salta aos olhos: *Lucideno* é episódico, salta largamente os meses e os lugares, desloca-se, por assim dizer, para onde a ação acontece. A Calado, apenas com relutância se lhe pode dar o título de cronista, porque a meta que persegue não é, a rigor, a crônica da guerra, da tomada da terra e da resistência que os portugueses lhe fizeram enquanto puderam – é, ao contrário, ao menos no trecho sob análise, a narrativa daquilo que nela lhe pareceu digno e grandioso, de como mesmo na derrota os lusitanos *valerosos* jamais perderam a honra, do alto preço com que sempre capitularam as fortalezas, do muito sangue herege que derramaram, debaixo de estupendas desvantagens.

Calado é pouco metuculoso em datar, mesmo estendendo-se por cinco anos de lutas. Conta-nos que Felipe IV despachou Matias de Albuquerque para comandar a resistência aos futuros invasores; que o governador de Cabo Verde mandou aviso a Pernambuco de “como era passada para as partes do Brasil uma grossa armada de Holanda”; que a esquadra apontou no horizonte em meio aos festejos pelo nascimento do príncipe da Espanha; e relata as manobras, o desembarque em Pau Amarelo, a tomada de Olinda e do Recife, e somente ao final de tantas notícias nos diz que eram os neerlandeses senhores de Olinda em 16 de fevereiro de 1630 (CALADO: 2004, pp. 42-44).

Tudo isto é contado em ligeireza, com ênfase naquilo que as ocorrências têm de dramático: a marcha dos holandeses de Pau Amarelo a Olinda, por exemplo, não é impedida pelas tropas de Matias de Albuquerque, não porque lhe faltasse resolução, mas pela covardia e traição dos “de inchadas barrigas”, cuidadosos apenas de salvar a si e aos seus bens, que pressionam o comandante a recuar. A dificuldade se acrescenta ainda da aleivosia dos cristãos novos, que festejavam a chegada dos neerlandeses, comunicavam-se com eles depois do desembarque, lhes mandavam mulatos para lhes ensinar os caminhos e facilitar a vitória. Uma vez rendida e saqueada a vila de Olinda e as cercanias, o fluxo narrativo se interrompe, contentando-se o autor em nos informar que os invasores “por espaço de um ano foram fazendo algumas fortalezas, e baluartes para seu resguardo” (idem, p. 45). Embora o capítulo prossiga, tratando agora da ereção do Arraial e mais tarde dos assaltos às demais fortalezas do litoral (Paraíba, Itamaracá, Nazaré), é como se aqui se fechasse um ciclo, um tópico. As páginas seguintes verão surgir heróis como Felipe Camarão e D. Fernando de Oquendo, descritos com termos os mais favoráveis; exemplos de lassidão e covardia, visíveis na

caracterização do Conde de Bagnuolo e em sua participação desastrosa em diversas refregas; e apontamentos acerca do valor dos inimigos com que lutavam os lusitanos.

A composição destes primeiros trechos da obra, a estruturação da narrativa e seu ritmo parecem coadunar com a esperança expressa pelo autor na página derradeira, de ser capaz de persuadir D. João IV “das obrigações que tem de acudir a estes seus vassallos, que tão deliberados estão a dar as vidas por seu serviço” (idem: vol. II, p. 300). Que recurso melhor a fazer-se ouvir por um monarca guerreando em todas as fronteiras, incerto no trono, que naqueles mesmos anos sentenciava à morte conspiradores (HESPANHA: 1998)? Seria a crônica miúda, erudita, inventariante da sucessão dos eventos? Não. Antes pintar aquela guerra distante em largos painéis, com lances impressionantes, demonstrando que mesmo vencidos persistiam os portugueses no denodo, de que, derrotados no litoral, recuavam para o interior, para o “sertão”, e ali erigiam fortalezas, jamais descansando no serviço de El Rei. Uma obra que se quer súplica, que clama por socorro, não se poderia escrever segundo outro método, se não pelo da grandiloquência. E nisto, sem dúvida, o livro sobressai.

Quanta diferença para a obra de Santiago! Sua narrativa é, para o trecho examinado, mais longa, muito mais rica em minudências, em datas, em nomes, em números. Antes mesmo de entrar no relato, Santiago revela-nos sua erudição ao falar da geografia da terra, de sua economia, de autores que antes dele a descreveram. Estamos já no capítulo IV, e Santiago instrui-nos da formação da Companhia das Índias Ocidentais, do apelido de *Bolsa* que a empresa recebeu entre os luso-brasileiros, dos 19 deputados que a geriam. Alude aos planos holandeses de assaltar, não o Brasil, e sim o Chile³; à tomada de Salvador em 1624 e a sua recuperação, quase um ano mais tarde, à apreensão da frota de prata por Piet Heyn, e tudo isto com o detalhe e o cuidado de quem almeja a compor um relato amplo, incluindo tudo que considera pertinente (SANTIAGO: 2004, p. 24 e ss.).

O ataque ao Recife, o desembarque em Pau Amarelo, a marcha e tomada de Olinda são apresentadas segundo as mesmas linhas mestras, mas não como mera transcrição de Calado. É em Santiago que lemos se ter dado a aproximação da esquadra holandesa “com suas naus embandeiradas, tocando caixas, trombetas e clarins”; que o general do mar Loncq despachou “um batel com um tambor e embaixada” propondo a rendição dos luso-brasileiros, diante da qual recusa principiou o bombardeio, “às 11 horas do dia, uma sexta-feira, 15 de fevereiro de

³ O plano dos deputados e acionistas da Companhia, segundo Santiago, era “irem ao reino do Chile fazer pacto e aliança com os moradores rebeldes contra a Espanha” (idem, p. 26), mas a fragilidade militar das capitânicas açucareiras os teria dissuadido do projeto.

1630”, tão renhidamente, “sendo tantas as balas que caíam no Recife que se contaram por curiosos algumas 2000” (idem, p. 29). Nada disso está em Calado.

O sucesso da marcha de Pau Amarelo a Olinda não é explicada pela sabotagem dos “de barrigas inchadas” nem pela traição dos cristãos-novos, como em Calado, mas pela superioridade militar neerlandesa, cujos soldados se dividiram em companhias, das quais Santiago nos diz os capitães e os contingentes. Os da terra, animosos porém inexperientes, não alcançaram detê-los sob o comando de Matias de Albuquerque. Este, aliás, está longe de ser celebrado, como na narrativa de Calado, na qual o retrato de Matias de aproxima dos ideais guerreiros então em voga (LEITE: 2009) e suas derrotas jamais lhe são imputadas. As menções a ele, em Santiago, geralmente assumem o tom do distanciamento e da isenção; Matias não é um herói da *História da guerra de Pernambuco*, o que nos deixa curiosos do porquê. Já Felipe Camarão é: sua aparição, no capítulo VI, se dá em meio a adjetivos elogiosos, com referências às comendas e títulos que El Rei lhe dera, “pelas proezas e feitos valorosos que obrou nesta guerra”, às refregas memoráveis que travou e aos muitos ardis que pôs em movimento, o que, jura o autor, lhe teria valido um comentário do comandante neerlandês Artichofsky, “que um só índio tinha o poder para o fazer retirar muitas vezes” (idem, p. 40). Isto para não mencionar o retrato do patrono da obra, Fernandes Vieira.

Santiago, portanto, aborda estes primeiros desdobramentos da guerra com outro propósito e a partir de distinta inspiração. Suas páginas abrem espaço para informes que mal interessariam ao relato de Calado, pouco sensível à necessidade de catalogação. Passagens acerca dos quais *O valeroso Lucideno* oferece sumaríssimas notas recebem, na *História da guerra de Pernambuco* o tratamento meticuloso de quem, além do testemunho pessoal que pretende dar e da colheita de informações no tocante àquilo que não pôde presenciar, certamente precedeu sua escrita de detidos inquéritos e pesquisas. Ademais, o tratamento cronológico e espacialmente bem ordenado da narrativa faz-lhe merecer, agora sim, a denominação de crônica⁴ ou, como anuncia o título, de “história da guerra”, não obstante o autor admita, no correr do texto, a impossibilidade de uma descrição integral, conclamando outros a continuarem a tarefa.

⁴ Para José Antônio Gonsalves de Mello, trata-se de “obra de historiador e não de cronista”, dado o método seguido pela obra e “certa intenção de isenção de espírito” (MELLO: 1986, p. 119).

Conclusão

Mediante estas breves notas percebemos que o cotejamento destas obras, para além daqueles 40 ou 45% que supostamente trazem de transcrição e semelhança, dá azo a renovadas reflexões sobre os distintos contextos políticos que se desenharam naquelas décadas, na capitania, na Península, bem como da produção escrita que também ali emergiu. Cometemos muitas violências contra o passado, não sendo a menor delas destacar períodos históricos de cinquenta, de cem anos e negar-lhes diacronia, concebendo-os estaticamente, consoante nossos pressupostos analíticos.

Os distintos relatos produzidos daquelas décadas não podem ser somente pensados debaixo de rótulo que os reúna indiscriminadamente, “crônicas da guerra holandesa” ou algo análogo. Parto, diferentemente, do pressuposto de que o contexto de onde emergem e as urgências com que lidam são determinantes, razão pela qual não podem ser confundidos com meras cópias uns dos outros. Além daquilo que informam, esses livros, ao lado dos panfletos que então igualmente circularam (LEITE: 2009), possuem identidades; são, tanto quanto as fortalezas destruídas e as armas, cachimbos e apetrechos que as escavações descobriram aos pés delas, vestígios vivos das muitas veredas daquela história.

Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos (crítica e história) – 1ª série*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- CALADO, frei Manoel. *O valeroso Lucideno*. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. 2 vols. Recife: CEPE, 2004
- HERÓDOTO. *História*. São Paulo: Ediouro, 2001. São Paulo: Ediouro, 2001.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime (1640–1807)*. Direção geral de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (1641-1683)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em história – UFF), 2010.
- LEITE, Jorge Luiz de Miranda. *O dito e o feito: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em história – UFF), 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- _____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630–1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador*. Recife: Editora da Universidade do Recife, 1954.

_____. *Estudos Pernambucanos: críticas e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: editora Fundarpe, 1986.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil – 1ª parte: historiografia colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: CEPE, 2004.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa*. Revista Tempo (online), vol. 14, n. 27, Niterói-RJ, 2009, pp. 82-100.